

VISÃO DOS PEDAGOGOS SOBRE A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO COM A IMPLANTAÇÃO DO PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Eixo: Avaliação em Alfabetização e Linguagem (E3)

Fábio Schwarz Soares dos Santos – Pós-Graduação em Educação para a Ciência –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências -
UNESP – Bauru (fabioschwarz@yahoo.com.br)
Ana Paula Fantinati Menegon de Oliveira – Pós-Graduação em Educação para a Ciência
– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências -
UNESP – Bauru (anapaulafmoliveira@gmail.com)

RESUMO: A alfabetização e o letramento das crianças são temas importantes, pois é por meio deles que os alunos podem sentir-se incluídos no mundo que os cerca, ampliando suas comunicações e conhecimentos. Diante de tal fato, o presente estudo tem por objetivo discutir a questão da avaliação no processo de alfabetização com a implantação das instruções governamentais do “Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa” (PNAIC). Ressalta-se que a criança apresenta limites e potenciais a serem respeitados e desenvolvidos, devendo estes serem acompanhados e avaliados pelos professores. O presente trabalho baseia-se na teoria da Psicologia Histórico Cultural de Vygotski, quando o mesmo teoriza sobre as atividades principais das crianças, considerando as características em cada faixa etária, enfocando na presente pesquisa dos 6 (seis) aos 8 (oito) anos de idade. Sendo assim, o trabalho deu-se por meio da pesquisa de abordagem qualitativa utilizou-se de questionário impresso buscando investigar junto a 4 (quatro) pedagogos de uma escola da Rede Municipal de Bauru, estáveis e atuantes nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, suas visões em relação às avaliações do processo de alfabetização considerando a implantação do PANAIC. Anseia-se por contribuir com uma educação que valorize a criança, bem como o seu ritmo de desenvolvimento. Conclui-se que diante das respostas apresentadas os participantes compreendem a importância da avaliação, bem como, que ela auxilia no acompanhamento do ensino-aprendizagem, porém questionam se realmente as avaliações externas cumprem sua função de acompanhar a alfabetização dos alunos. Vale destacar que o presente estudo objetiva promover discussão e reflexão sobre as avaliações utilizadas em sala de aula e pelo sistema de ensino.

Palavras-chave: Alfabetização. Avaliação. Ensino Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

O ensino fundamental I, denominado também de primeiro e segundo ciclo, correspondia da 1ª à 4ª série. Entretanto, desde a promulgação da Lei 11.274/2006, essa

denominação foi efetivamente alterada, passando o ensino fundamental I a contar com mais um ano, ou seja, do 1º ao 5º ano. Porém essa alteração interferiu na idade de ingresso dos alunos nessa etapa de ensino, e conseqüentemente tendo que concluir mais cedo a Educação Infantil. Vale lembrar que as discussões a respeito da mudança iniciaram em 2005, porém a implantação ocorreu em 2007 como facultativa e em 2010 como obrigatória, como reza a Lei 11.274/2006 em seu artigo 5º “Os municípios, Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3º desta Lei e a abrangência da pré-escola de que trata o art. 2º desta Lei”.

A inclusão de mais um ano no Ensino Fundamental, visa garantir a alfabetização plena por meio de adaptações nos espaços e no currículo do Ensino Fundamental I, como estabelecido na Lei Federal de nº 11.227 de 06 de fevereiro de 2006, constando em seu Artigo 32 “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade [...]”. Desta forma, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) justifica tal ação, com base em pesquisas que corroboram que as crianças aos seis anos de idade possuem condições suficientes de serem alfabetizadas, bem como comprovação de que inúmeras crianças brasileiras já estavam matriculadas em classes de alfabetização, sendo

Outro fator importante para a inclusão de crianças de seis anos de idade na instituição escolar deve-se aos resultados de estudos demonstrarem que, quando as crianças ingressam na instituição escolar antes dos sete anos de idade, apresentam, em sua maioria resultados superiores em relação àquelas que ingressam somente aos sete anos. (BRASIL, 2007, p. 05)

Com tal pensamento o MEC acredita que um ano a mais possibilitaria aos educandos a oportunidade de melhor aproveitarem o tempo na escola, ampliando o tempo para aprendizagem e, sobretudo garantir a qualidade do ensino e da alfabetização. Considerando os novos ciclos estabelecidos, a criança precisa estar alfabetizada em um ciclo de três anos, tendo seu início no 1º ano.

Visando auxiliar nas discussões e possibilitar novas oportunidades de trabalho pedagógico, orientações foram divulgadas pelo MEC. Essas orientações, e outras publicações oficiais sobre o ensino de nove anos, deixam claro que a criança está em um novo espaço, mas que as diretrizes para o ensino deveriam ser guiadas de acordo com as etapas de desenvolvimento da criança, como se propõe o documento:

A ampliação do ensino fundamental de nove anos significa também, uma possibilidade de qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, pois a criança terá mais tempo para se apropriar desses conteúdos. No entanto, o ensino nesse primeiro ano ou nesses dois primeiros

anos não deverá se reduzir a essas aprendizagens. Por isso, [...] reafirmamos a importância de um trabalho pedagógico que assegure o estudo das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento, igualmente necessárias à formação do estudante do ensino fundamental. (BRASIL, 2007, p. 08)

Corroborando com tais ideias, a partir de 2012, o governo federal apresentou o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) sendo uma proposta para diminuir a defasagem idade-série, bem como possibilitar aos alunos de escola pública a alfabetização no tempo adequado. De acordo com a portaria nº 867 de 04 de julho de 2012, em seu artigo 5º,

As ações do Pacto tem por objetivos:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental. (BRASIL, 2012)

Ainda, de acordo com a proposta governamental,

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (BRASIL, 2013, s/p)

Desta forma, o município ao fazer a adesão pelo Pacto se compromete em dar condições para que os alunos sejam alfabetizados até o final do terceiro ano. Em contrapartida, o governo federal (Portaria nº 1458 de 14 de dezembro de 2012) oferta aos alfabetizadores uma formação continuada, para que os mesmos tenham condições e respaldo suficiente para alfabetizar os alunos e atingir a meta estabelecida.

No entanto, não basta apenas o conhecimento teórico sobre alfabetização, mas a possibilidade de ampliar as discussões permitirá que de fato se torne prática no ensino fundamental auxiliando no desenvolvimento do educando e contribuindo para uma formação amparada nos pressupostos de que o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade seja apropriado pelos educandos, com sentido e significado.

2. ALFABETIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Considerando como referencial teórico a perspectiva histórico cultural, acredita-se que as contribuições de Vygotski proporcionam uma reflexão a respeito de que

alunos se quer formar e qual a importância da aprendizagem para o desenvolvimento social do mesmo.

Segundo Vygotski (1998) o desenvolvimento da criança se dá por meio de atividades principais. No período pré-escolar, a atividade principal é o brincar. Posterior a esta atividade é descrito pelo teórico que a atividade principal é o estudo, sendo assim, o período que compreende do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, no qual atualmente as crianças estão ingressando aos seis anos de idade, considerando como linha teórica a Psicologia Histórico Cultural a criança do 1º ano encontra-se na etapa da atividade principal o brincar em transição a atividade principal o estudo, que devem consolidar-se ao final dos três anos.

Torna-se necessário aos educadores que atuarão com essa faixa etária o estudo aprofundado sobre a importância do brincar, bem como do acompanhamento do desenvolvimento da criança em fase de alfabetização, pois ao mesmo tempo que ela necessita do brinquedo como suporte concreto à sua aprendizagem, precisa ir aos poucos se preparando para a sistematização do conhecimento por meio dos estudos.

Deste modo, o processo de alfabetização deve ocorrer nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Porém, a aprendizagem da leitura e da escrita não deve apenas estar relacionada à alfabetização, mas também ao letramento. Desta maneira, para compreender esse processo é necessário saber a concepção dos termos para se ter a clareza dos objetivos dessa etapa da educação. Nesse sentido Leal, Albuquerque e Morais (2007), apontam que

O primeiro termo, *alfabetização*, corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever. Dominar tal tecnologia envolve conhecimentos e destrezas variados, como compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar as convenções letra-som e dominar seu traçado, usando instrumentos como lápis, papel ou outros que os substituam.

Já o segundo termo, *letramento*, relaciona-se ao efetivo exercício competente daquela tecnologia da escrita nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. (p. 70)

Ao conceber a alfabetização como um processo para o letramento, é preciso considerar que essa relação de ensino e aprendizagem de forma sistematizada ocorre por volta dos seis anos de idade, momento este que como apontou Vygotski, é a idade da atividade principal do brincar.

Então, a alfabetização nesse novo modelo, precisa incorporar estratégias didáticas que possibilitem o desenvolvimento da criança e a aquisição da leitura e da escrita, sendo que a relação entre o lúdico e o pedagógico deve permear todo o ciclo

escolar. Assim, é papel do educador, contribuir para uma formação autônoma e possibilitar aos educando a oportunidade de se sentirem estimulados em aprender.

O olhar do professor deve estar focado na necessidade do educando, pois todas as necessidades e dificuldades encontradas no processo educativo precisam ser diagnosticadas e por meio do diagnóstico propor atividades e desafios que desenvolvam a capacidade do educando e auxiliem na sua aprendizagem.

Gontijo (2003) afirma que “As crianças não se apropriam dos resultados do desenvolvimento histórico imediatamente. Esse processo é mediado pelas relações com as outras pessoas no decorrer de sua vida” (p. 16).

O professor nesta relação de ensino e aprendizagem é a pessoa mais experiente, capaz de intervir quando necessário e lançar problemas, indagações aos alunos enquanto criam situações. É neste momento que o educador deve estar atento às questões que irão surgir, qual será o encaminhamento que ele pode dar àquela situação, se há a necessidade de mudanças para que outros objetivos e/ou conteúdos sejam garantidos.

Desta maneira faz-se imprescindível a utilização de avaliações, destacando-se que

[...] fala-se da avaliação para referir-se à atividade através da qual se emite um juízo sobre uma pessoa, um fenômeno, uma situação ou um objeto, em função de distintos critérios. [...] outras definições da avaliação sublinham seu caráter associado à obtenção de informações úteis para tomar alguma decisão. (MIRAS; SOLÉ, 1996, p. 375)

No contexto escolar, ambas as definições são pertinentes para o acompanhamento do processo de alfabetização das crianças, uma vez que possibilitam examinar, conhecer, detectar as dificuldades e incompreensões que os alunos apresentam, bem como ser um processo contínuo que possibilita verificar os avanços na aprendizagem, situando cada aluno em relação ao grau de execução de um objetivo previamente fixado, medindo os conhecimentos ou capacidades e principalmente as conquistas obtidas em relação ao seu ponto inicial no processo de ensino e aprendizagem, enfim, avalia-se o aluno em relação ao seu próprio desenvolvimento.

Na perspectiva histórico cultural não se admite a utilização da avaliação somente como forma de medir e classificar os indivíduos, pois conforme afirma Villas-Boas (1998), “[...] as práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social” (p. 21), sendo que

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo

teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 1997, p. 122)

Deste modo, Freitas, Sordi, Malavasi e Freitas (2009) mencionam que as avaliações do ensino podem ser de três níveis: das redes de ensino (avaliação de responsabilidade do poder público); institucional (avaliação interna à escola e sob seu controle); e da aprendizagem (avaliação realizada pelo professor em sala de aula).

Para os anos de escolaridade do presente estudo, o governo federal aplica duas avaliações, sendo elas: Provinha Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

A Provinha Brasil é elaborada e distribuída pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo sua adesão opcional. O ciclo de avaliação é aplicado para os alunos da rede pública de ensino, matriculados no segundo ano do Ensino Fundamental.

A Avaliação da Alfabetização Infantil – Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Aplicada duas vezes ao ano (no início e no final), a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. A aplicação em períodos distintos possibilita a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura e de matemática.

Composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática, a Provinha Brasil permite aos professores e gestores obter mais informações que auxiliem o monitoramento e a avaliação dos processos de desenvolvimento da alfabetização e do letramento inicial e das habilidades iniciais em matemática, oferecidos nas escolas públicas brasileiras, mais especificamente, a aquisição de habilidades de Leitura e de Matemática. (INEP, 2011, s/p)

A ANA destina-se aos estudantes matriculados no terceiro ano do Ensino Fundamental, que corresponde à fase final do ciclo de alfabetização, sendo sua aplicação e correção também efetuadas pelo INEP.

A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA produzirá indicadores que contribuam para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. Para tanto, assume-se uma avaliação para além da aplicação do teste de desempenho ao estudante, propondo-se, também, uma análise das condições de escolaridade que esse estudante teve, ou não, para desenvolver esses saberes.

Assim, a estrutura dessa avaliação envolve o uso de instrumentos variados, cujos objetivos são: aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e as condições de oferta das instituições às quais estão vinculadas.

Objetivos: i) Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental;

- ii) Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino;
- iii) Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

Participação: A ANA é censitária, portanto, será aplicada a todos os alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental. No caso de escolas multisseriadas, será aplicada a uma amostra. (INEP, 2011, s/p)

Vale ressaltar que Fernandes (2009) considera que a avaliação pode melhorar a qualidade das aprendizagens e, conseqüentemente, a qualidade do sistema educacional. O autor acredita que a avaliação é um elemento essencial de desenvolvimento dos sistemas educativos porque é muitas vezes a partir e por meio dela que:

- as escolas podem empobrecer ou enriquecer o currículo;
- os professores podem organizar o ensino com maior ou menor ênfase na experimentação ou na resolução de problemas;
- os alunos podem estudar com maior ou menor orientação;
- os pais e os encarregados de educação podem acompanhar a vida escolar de seus filhos ou educandos com maior ou menor interesse;
- a sociedade em geral pode estar mais ou menos informada acerca do que os jovens estão aprendendo e como estão aprendendo;
- os governos podem, ou não, estabelecer mais fundamentada e adequadamente as políticas educativas formativas (FERNANDES, 2009, p.21).

Enfim, acredita-se que o processo de alfabetização necessita do envolvimento e acompanhamento constante entre professor e alunos, com trocas, discussões e verificação das aprendizagens, sendo assim, objetiva-se com este trabalho conhecer a visão dos pedagogos em relação à avaliação do processo de alfabetização com a implantação do PNAIC.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa norteou-se pela abordagem qualitativa (Minayo, 2012), por meio de um questionário aberto (Gil, 2008) entregue presencialmente aos pedagogos, os quais levaram para casa e retornaram preenchidos no dia seguinte.

Participaram 4 (quatro) professores estáveis, regentes de classes do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Bauru. Estes estão representados no presente trabalho pelos termos P1, P2, P3 e P4.

Para análise dos dados, devido ao número reduzido de participantes optou-se por expor todas as respostas na íntegra sem nenhum tipo de alteração (grafia, coerência, etc.), sendo possível observar diretamente as ideias apresentadas nas respostas com o

objetivo de compreender o que pensam os pedagogos, a respeito da avaliação no processo de alfabetização.

4. VISÃO DOS PEDAGOGOS

Os dados obtidos referentes ao tempo de serviço na rede pública municipal são: P1 e P3 de 6-10 anos; P2 e P4 de 3-5 anos.

Em relação aos anos em que estão atuando, tem-se: P1, P3 e P4 com o 3º ano e P2 com o 2º ano do Ensino Fundamental I.

Diante da indagação “O que você conhece sobre o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)?”, tem-se:

P1 - O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Nele inclui avaliações anuais, formação continuada de professores e distribuição de materiais didáticos.

*Cerca de 15,2% das crianças brasileiras chegam aos oito anos sem estarem alfabetizadas. Segundo estudos confirmam que a **alfabetização** tardia pode atrapalhar a aprendizagem do aluno e, portanto visando mudar essa situação, o **Ministério da Educação** lançou o **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. Realizado entre municípios, distrito federal, estados e governo federal, com o objetivo de alfabetizar em Português e Matemática todas as crianças até os oito anos de idade, no final do 3º ano do Ensino Fundamental.*

Esse programa visa apoiar as escolas públicas em diferentes necessidades: com formação continuada de professores alfabetizadores, através de curso presenciais e bolsas de estudos. Também são distribuídos gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos específicos para alfabetização, obras literárias, além de outras tecnologias educacionais, como jogos.

P2 - O Pacto é de iniciativa do governo federal e tem por objetivo que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas até o 3º ano do ensino fundamental, aos 8 anos de idade, na Matemática, ainda não posso dizer com clareza quais as metas almejadas. Fui cursista durante o ano de 2013, quando o enfoque era na Alfabetização, e foi possível verificar que o Pacto não se orienta por uma teoria específica, mas é norteado pela troca de experiências e situações que deram certo entre os professores de diversos estados brasileiros. Tivemos a oportunidade de estudar diversos teóricos e conhecer, por meio de relatos escritos o que tem sido feito e o que tem dado certo no processo de ensino e aprendizagem pelo Brasil afora.

P3 - Faço o curso e é uma mobilização entre governos (federal, estadual e municipal) para que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade (3º ano do ensino fundamental).

P4 - Primeiramente, ouvi pela televisão. Posteriormente, no curso oferecido pela Secretaria da Educação de Bauru em conjunto com outros órgãos. No entanto, vejo-o como um projeto pautado na experimentação e aplicado de forma muito acelerada.

Nota-se que algumas informações foram literalmente retiradas dos documentos/sites governamentais, como foi o caso do P1, porém observa-se que todos os participantes possuem consciência da importância de uma formação continuada aos

professores, bem como de que toda criança seja alfabetizada até os oito anos de idade, compreendendo a importância do PNAIC.

Questionados se “Ele influenciou sua atuação diária em sala de aula?”, obteve-se como respostas:

P1 - O curso Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa, contribuiu muito na minha aprendizagem. Através dele pude aperfeiçoar meus conhecimentos com as trocas de experiências entre as outras professoras e questionamento das teorias. Também é importante citar os livros e jogos que recebemos em nossa escola para auxiliar o nosso trabalho com nossos alunos. Foi de grande importância para a organização do meu trabalho com meus alunos, através dele pude promover uma aprendizagem mais significativa e repensar nos meus métodos e tornar o meu trabalho em sala de aula rico e prazeroso dando oportunidades aos alunos a ter uma aprendizagem de qualidade de forma lúdica.

P2 - Sim. O Pacto influenciou na minha atuação diária na sala de aula à medida que proporcionou reflexões constantes a respeito da prática educativa; também trouxe uma certa segurança por ter podido constatar que estamos no caminho certo (eu e muitos colegas de trabalho), pois muitos relatos de experiências, lidos e discutidos pelo grupo, eram similares às nossas práticas. Acredito que formações nesses moldes em muito contribuem para o nosso trabalho, porque nos fazem resgatar boas práticas esquecidas, nos trazem novas ideias e métodos, e principalmente porque ninguém melhor que professores expondo o que deu certo na sua sala de aula para nortear nosso dia a dia. O que me marcou muito no curso foi a ênfase dada na importância dos registros e das brincadeiras na aprendizagem.

P3 - Trouxe algumas reflexões, algumas idéias novas para utilização dos recursos didáticos (adorei o acervo literário), porém nenhuma mudança radical. Nos últimos anos, tive vários momentos de estudo que a rede estadual proporcionou e que também procurei por conta própria, então talvez seja por isso, que nem tudo é novidade.

P4 - Sim, proporcionou novos olhares e tentativas para melhorar minha prática em sala de aula e, perseverar e acreditar nas possibilidades metodológicas para que eles demonstrem, mesmo que pequenos, seus avanços no processo de ensino e aprendizagem. Mas esperava que ele proporcionasse uma verdadeira sequência com maior clareza e objetividade.

Os pedagogos valorizam a troca de experiências, ou seja, a necessidade de formação continuada, conforme Montero (2001),

O papel do professor é, na actualidade, extremamente amplo e complexo. Dificilmente um professor poderia, durante a sua vida profissional, adquirir a variada gama de competências que se esperam dele. É o reconhecimento desta complexidade que reforça o papel da formação como um suporte contínuo e diferenciado para o desenvolvimento profissional dos professores (p. 137).

Perante a questão: “Como você avalia a alfabetização de seus alunos?”, as respostas foram:

P1 - Além das provas para averiguar o que o aluno aprendeu ou onde está com dificuldade, utilizo também a observação diária com instrumentos variados, de acordo com cada objetivo. É uma avaliação contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Assim posso pensar em caminhos para que todos alcancem os objetivos.

P2 - Os alunos apresentaram, de maneira geral, um importante avanço no processo de alfabetização. Existe uma grande heterogeneidade na turma, mas é possível, a grosso modo,

separá-los em três grande grupos: os alfabéticos e em processo de construção do letramento, alunos que já apresentam certa autonomia na realização das atividades; os silábicos com valor sonoro e silábicos alfabéticos, que, na sua maioria, se mostram interessados e apresentam evoluções perceptíveis no dia a dia; e os silábicos sem valor e pressilábicos que apresentam dificuldade de aprendizagem e avançam muito lentamente na aprendizagem.

P3 - A turma do ano passado era de 2º ano e todos foram alfabéticos para o 3º. Esse ano mudei de escola, estou com um 3º ano que me apresentou vários desafios, dos alunos não-alfabéticos que recebi, alguns já estão acompanhando a turma, mas ainda cinco estão precisando da recuperação contínua, mas acredito que até o final do ano estarão alfabetizados.

P4 - Hoje, acredito que estou tentando todas as possibilidades para que eles progridam, porém alguns, mesmo diante as adaptações possíveis, não demonstram avanços. Também, consigo visualizar os avanços no processo de ensino e aprendizagem mesmo que sejam pequenos.

Os professores empenham-se em acompanhar diariamente os avanços e dificuldades de seus alunos, bem como oportunizar diferentes momentos de ensino-aprendizagem.

Indagados sobre “Como você analisa a avaliação externa (Provinha Brasil e ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização)?”, tem-se:

P1 - A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) irá produzir índices sobre o conhecimento dos alunos e ajudar no cumprimento das metas do PNAIC. Outra avaliação ligada à alfabetização é a Provinha Brasil, que é aplicada em alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, no início e ao final do ano letivo. Porém, é uma prova amostral e não censitária, como a ANA. A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), de um lado é um tipo de avaliação que visa testar conhecimentos em leitura, escrita e matemática e que é aplicada de maneira censitária para as turmas regulares e de forma amostral para turmas multisseriadas, importante para treinar desde cedo para o vestibular.

Mas por outro lado, penso que esse tipo de avaliação não avalia o que realmente o aluno sabe, como exemplo o que aconteceu na minha turma do ano passado, tinha uma turma ótima de 2º ano, quase todos alfabéticos e na hora de resolver a Provinha Brasil, alguns alunos alfabéticos não souberam interpretar as pegadinhas da prova e erraram várias questões e os alunos que tinha dificuldade na leitura acertaram as questões porque tiveram a sorte de marcar a resposta certa, pois a prova é de múltipla escolha. Por isso não concordo com essas avaliações.

P2 - Com relação à Provinha Brasil, acredito na sua importância por se tratar de uma avaliação e como tal, pode nos ajudar a nortear o nosso trabalho; descobrir o que o aluno sabe, e o que ainda precisa ser trabalhado. Embora as avaliações externas me façam acreditar na existência de uma grande incoerência entre o discurso de que cada criança tem seu ritmo e tempo de aprendizagem, pois na hora de avaliar, as provas são padronizadas.

P3 - Entendo que é preciso compreender a situação da educação em todo o país, mas não temos um retorno significativo, avaliamos cada aluno e de maneira geral a turma, durante todo o processo. Na minha opinião, deveriam unificar e fazer uma só, por causa do tempo e da verba que gastam.

P4 - Sinceramente, vejo como um objeto de avaliação vago, pois na teoria fala-se da “realidade do aluno”, “zona do desenvolvimento proximal”, porém na prática avalia-se pelas respostas dadas pelos alunos. Além de que muitas vezes o seu aluno “ótimo” fica nervoso e responde errado e aquele seu aluno que tem suas “particularidades” chuta e acerta.

Verifica-se a compreensão da importância da existência da avaliação no sentido de dar parâmetros para os avanços e mudanças no processo de alfabetização, entretanto

há uma reflexão e questionamento sobre o modo que as avaliações externas são aplicadas, assim como, sobre tratar-se de uma prova de múltipla escolha, o que muitas vezes possibilita o acerto pelo “chute” e não pelo domínio do conteúdo.

Desta forma, Loch (2000) compreende

[...] que avaliar não é dar notas, fazer médias, reprovar ou aprovar os alunos. Avaliar, numa nova ética, é sim avaliar participativamente no sentido da construção, da conscientização, busca da auto crítica, auto-conhecimento de todos os envolvidos no ato educativo, investindo na autonomia, envolvimento, compromisso e emancipação dos sujeitos (p. 31).

Ressalta-se a necessidade de uma avaliação que apresente como foco a compreensão do processo e das ações dos sujeitos envolvidos na relação ensino e aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das respostas obtidas, nota-se que os professores possuem consciência da importância de um acompanhamento constante do ensino-aprendizagem, seja por eles mesmos, como pela escola e também pelo governo, porém existe um questionamento sobre o modo de aplicá-la, se está ou não adequado ao objetivo estabelecido de acompanhar o desenvolvimento do processo de alfabetização.

Essa visão reflete numa educação permeada de desafios e dificuldades, pois de um lado professores se sentem reféns do sistema e por outro sabem da importância das avaliações para a melhoria na qualidade da educação.

Neste sentido, destaca-se a importância da formação continuada como modo de aquisição de novos conhecimentos, bem como de troca de experiências, pois a partir da formação continuada, os professores terão condições de mutuamente refletirem sobre suas práticas pedagógicas, por meio da colaboração com outras realidades docentes.

Percebe-se pela pesquisa, que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, trouxe contribuições significativas no sentido de auxiliar o professor para o desenvolvimento de atividades, condizentes com as avaliações, tanto interna quanto externa, e que esses índices não diminuem o trabalho do educador, mas amplia as suas possibilidades de atuação.

Porém, nota-se que o modo de avaliação precisa ser revisto, levando de fato em consideração as potencialidades dos educandos, não aplicando como apontaram os

professores provas de múltipla escolha, mas de forma a compreender integralmente o que o aluno aprendeu.

Assim, conclui-se que a pesquisa fornece dados importantes para se pensar a avaliação, no campo da alfabetização, pois consideram como dados importantes, mas desde que o tratamento dessas informações seja de fato compreensível e não promova distorções nos resultados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 11.274**. Brasília. 2006.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.227**. Brasília. 2006.

BRASIL. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, MEC, 2007.

BRASIL. **Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br>>. Acesso em 24 jun. 2014.

CALDEIRA, A. M. S. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v.3, p.. 53-61. set./out., 1997.

FERNANDES, D. **Avaliar para Aprender: Fundamentos, Práticas e Políticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa-social**. Atlas, São Paulo, 2008.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita**. Campinas, SP. Editora Autores Associados, 2003.

INPE. **Provinha Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://provinhabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

INPE. **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G. Letramento e Alfabetização: pensando a prática pedagógica. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (orgs). **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, MEC, 2007

LOCH, J. M. de P. **Avaliação**: uma perspectiva emancipatória. In: Química na Escola, nº 12, novembro, 2000.

MONTERO, L. **A construção do conhecimento profissional docente**. Instituto Piaget, 2001.

MINAYO, M.C.S. (orgs). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 2012.

MIRAS, M.; SOLÉ, I. A Evolução da Aprendizagem e a Evolução no Processo de Ensino e Aprendizagem. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VILLAS-BOAS, B M. F. **Planejamento da avaliação escolar**. Pró-posições, v.9, n.3, p. 19-27, Nov. 1998.

VYGOTISKI, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.